

ATA DA 145ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 145ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Wesley Bambirra (SICEPOT-MG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Fabiano Geraldo Álvares da Silva (Fioleste), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Rosilene Guedes Souza (CAU-MG) Raquel Sampaio Jacob (PUC-MG).

Ausências Justificadas: Marta Alves Larcher (MPMG) e Josué Costa Valadão (SMOBI).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, registrando o quórum, iniciou a reunião informando a pauta da mesma: Apresentação, pela COPASA, da Segurança Hídrica do Abastecimento de Água da RMBH. Em seguida, o Conselheiro colocou em votação as atas da 143ª e 144ª Reuniões Ordinárias do COMUSA, que foram aprovadas por unanimidade.

A palavra foi então repassada à Engenheira Núbia Vale Nolli, representante da COPASA, que procedeu a apresentação.

A palestrante iniciou sua apresentação contextualizando sobre o Sistema Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, apresentando o Plano de Contingência para abastecimento de água em um cenário sem o Sistema Rio das Velhas e as obras de segurança hídrica previstas para minimizar o impacto da eventual paralisação prolongada do mesmo.

A palestrante informou que o Sistema Integrado Metropolitano é responsável pelo abastecimento de, aproximadamente, 5 milhões de habitantes dos municípios que compõem a Região Metropolitana. Cerca de 52% dessa população é abastecida pelo Sistema Paraopeba e 48% pelo Sistema Rio das Velhas. No caso do Município de Belo Horizonte, 70% da população é abastecida pelo Sistema Rio das Velhas e o restante pelo Sistema Paraopeba e um conjunto de sistemas menores, que inclui os sistemas Barreiro e Morro Redondo, que não fazem parte do Sistema Integrado Metropolitano.

A palestrante apresentou, então, o Plano de Contingências para o caso de suspensão da operação da captação do Sistema Rio das Velhas. O referido plano prevê a implantação de um rodízio no abastecimento de água, dividindo a distribuição do Sistema Paraopeba em três regiões e a região abastecida pelo Sistema Rio Das Velhas em três regiões, gerando um desabastecimento da Bacia do Paraopeba para prover de abastecimento as regiões da Bacia do Velhas. O rodízio consiste em prover de abastecimento uma região da Bacia do Paraopeba e uma região da Bacia do Rio das Velhas a cada 1 dia, sendo que estas mesmas regiões só voltariam a ser abastecidas após 3 dias, ou seja, 1 dia com água e 2 dias sem.

A palestrante ressaltou que se trata de uma operação que a COPASA nunca precisou fazer. No entanto, destacou que o plano foi desenvolvido porque nunca se teve uma possibilidade tão grande como agora, de acontecer um evento que paralise o Sistema Rio das Velhas por mais de 120 dias, tendo em vista a situação de risco caracterizada para as barragens de mineração existentes na Bacia do Rio das Velhas. Para usuários essenciais, segundo a resolução da ARSAE: creches e instituições de ensino, hospitais, unidades de atendimento destinadas a preservação da saúde, e estabelecimento de internação coletiva, com consumo acima de 80 m³/dia, a palestrante esclareceu que existe um TAC assinado pela COPASA, Vale e Ministério Público, para implantação de poços tubulares para atendimento à demanda média desses usuários ou, caso não haja disponibilidade hídrica para implantação dos poços, a instalação de reservatórios, chamados de reserva complementar de 72 horas. Como, no de necessidade de rodízio, estes usuários ficariam 1 dia com água e 2 dias sem água, eles teriam reserva para passar os 3 dias com tranquilidade. Os usuários essenciais cujo consumo seja menor que 80m³/dia serão abastecidos por caminhão pipa.

Para os usuários moradores em áreas subnormais e zonas vulneráveis, que compreendem vilas e aglomerados e os locais de difícil operação técnica, que são normalmente pontos mais altos do sistema de abastecimento e não tem reserva domiciliar em todas as residências, em situação de racionamento rodízio,

provavelmente eles serão os últimos a terem o abastecimento de água restabelecido de forma regular. Assim, de forma a mitigar esses problemas, a solução adotada será a implantação de centros de distribuição comunitária, ou seja, reservatórios implantados em pontos altos para abastecer a população. A palestrante comentou ainda, que há uma parcela dos usuários de Belo Horizonte, Nova Lima, Sabará e Raposos que não são passíveis de atendimento em caso de rodízio. De forma emergencial, todos estes usuários seriam atendidos por caminhão pipa. Para o município de Sabará seriam implantados poços profundos para abastecimento e, para a parcela do município de Belo Horizonte, que é bem pequena em relação às outras regiões e para os municípios de Nova Lima e Raposos, seria implantada uma captação em uma barragem da Anglo Gold, incluindo a adução de água até a ETA de Bela Fama, a partir da qual se daria o abastecimento. Informou ainda que os poços no município de Sabará estão em fase final de implantação.

Com relação às obras, previstas pela COPASA, com o objetivo de mitigar os impactos decorrentes de um eventual rompimento de barragem de mineração na Bacia do Rio das Velhas, a palestrante enumerou as seguintes: 01) Captação Macaúbas; 02) Ampliação do Sistema Rio Manso de 6 m³/s para 9 m³/s; 03) Adutora de transferência no Sistema Paraopeba; 04) Captação no Ribeirão da Prata; 05) Captação em barramento de ponto de arame no Rio das Velhas.

Encerrada a apresentação, o Conselheiro Ricardo Aroeira parabenizou a palestrante pela apresentação e pelo trabalho desenvolvido e destacou a importância de complementar a apresentação com um cronograma do planejamento da COPASA, bem como estimativas do investimento necessário para realização das obras para aumento do nível de resiliência do Sistema. O conselheiro ainda questionou sobre as estratégias em relação à Bacia do Paraopeba.

Em resposta, a Engenheira Nubia Nolli disse que foi feita uma estimativa de custo preliminar das obras e que, em relação à Bacia do Paraopeba, há algumas barragens de rejeito à montante que, em caso de rompimento, vão impactar diretamente o reservatório Rio Manso, que é o maior reservatório do sistema Paraopeba.

O Conselheiro Cláudio Cançado (CREA-MG) mencionou a importância de as mineradoras acelerarem as obras de contenção e de descomissionamento, por existirem várias barragens em nível de risco 3 próximas a Belo Horizonte. Perguntou, ainda, sobre o Plano de Comunicação com os impactados pelo plano de contingência, conforme previsto no Plano de Segurança.

A palestrante respondeu que o Plano de Comunicação para contingência já foi elaborado e será divulgado e implementado caso necessário.

O Conselheiro e Secretário Executivo Ricardo Aroeira reafirmou a importância de um cronograma com as metas, com macro datas, da entrada em operação, das obras estruturantes previstas para os próximos anos para se ter uma mitigação do impacto, caso venha de fato a ocorrer um rompimento de barragem.

Solicitou, ainda, que a COPASA apresente o Plano de Contingências do Sistema Paraopeba em uma próxima reunião.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.